

Prosopografia e mulheres nas ciências: um método possível

*Prosopography and women in the sciences:
a possible method*

<https://doi.org/10.26512/rhh.v13i27.56688>

Daiane Silveira Rossi

Fundação Oswaldo Cruz

<https://orcid.org/0000-0003-3759-6285>

daisrossi@gmail.com

Resumo

Empregando a prosopografia, este artigo investiga as trajetórias de mulheres em instituições científicas do Rio de Janeiro nos anos 1950, período de institucionalização da ciência no Brasil. O estudo, situado nos estudos de gênero e ciência, explora os fatores coletivos e individuais que facilitaram a entrada dessas mulheres no cenário científico brasileiro. A análise de formação, área e especialização revela uma presença significativa nas ciências biológicas (26,4%) e sociais, educação e direito (25,0%, dados da CAPES, 1957). A pesquisa enfatiza o papel da Faculdade Nacional de Filosofia e das políticas de ensino superior, além da atuação feminina em áreas técnicas, rompendo estereótipos. O artigo conclui que futuras pesquisas devem considerar dimensões sociais como classe, raça e território para uma compreensão mais abrangente da participação feminina na ciência brasileira.

Palavras-chave

Mulheres nas ciências; prosopografia; gênero e carreiras científicas

Abstract

Employing prosopography, this article investigates the professional trajectories of women in scientific institutions in Rio de Janeiro during the 1950s, a period of science's institutionalization in Brazil. Situated within gender and science studies, the study explores the collective and individual mechanisms that facilitated these women's entry into the Brazilian scientific landscape. The analysis of their education, field of work, and specialization reveals a significant presence in the biological sciences (26.4%) and the social sciences, education, and law (25.0%, CAPES data, 1957). The research emphasizes the role of the National Faculty of Philosophy and public higher education policies, as well as these women's involvement in technical sectors, challenging stereotypes. The article concludes that future research should consider social dimensions such as class, race, and territory for a more comprehensive understanding of women's participation in Brazilian science.

Keywords

Women in Science; Prosopography; Gender and Scientific Careers

No final dos anos 1960 se estabeleceu o debate intelectual, inicialmente nos Estados Unidos, acerca das relações de gênero na ciência e na tecnologia a partir do questionamento dos princípios de universalidade, neutralidade e objetividade constitutivos da chamada ciência moderna desde suas origens no século XVII¹. Desde então os estudos sobre gênero e ciências, história das mulheres, estudos feministas das ciências, dentre outras abordagens, consolidaram-se como um campo de pesquisa inovador e altamente produtivo em diversas disciplinas (História, Sociologia, Antropologia, etc).

A emergência dessas linhas de investigação tem sua originalidade marcada não só por destacar e identificar a presença de mulheres nas atividades científicas e tecnológicas, mas também por sua efetiva contribuição no redirecionamento das discussões sobre objetividade, universalidade e neutralidade das ciências. Esse acervo de conhecimentos demonstrou como as práticas e as relações de gênero permeiam as instituições e as carreiras científicas, e o próprio conteúdo das ciências, do que resulta diferenças de oportunidade e de status profissionais para mulheres. O preconceito de gênero produz “formas sutis e muitas vezes invisíveis de exclusão”.²

No Brasil, a presença das mulheres e/ou das relações de gênero nas ciências passou a atrair a atenção em meados dos anos 1990, com estudos históricos sobre médicas, mulheres naturalistas, engenheiras, matemáticas, químicas³. Esse movimento contribuiu para alterar o quadro até então observado no âmbito da própria historiografia das ciências, no qual era notável a lacuna sobre essa temática, seja em obras de referência, como as de Fernando Azevedo e Simon Schwartzman⁴, seja em publicações de divulgação científica, como *Cientistas do Brasil*⁵. As mulheres foram amplamente excluídas dos

1 LOWY, Ilana. Universalidade da ciência e conhecimentos ‘situados’. *Cadernos Pagu*, n. 15, p. 15-38, 2000; FOX KELLER, Evelyn. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? *Cadernos Pagu*, n. 27, p. 13-31, 2006.

2 SCHIEBINGER, Londa. Mais mulheres na ciência: questões de conhecimento. *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, v. 15, suplemento, 2008, p. 274.

3 LOPES, Maria Margaret. Gênero e história das ciências: iniciando uma reflexão no Brasil. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (orgs.). *Organização, trabalho e gênero*. São Paulo: Ed. Senac, 2007.

4 AZEVEDO, Fernando. *As ciências no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1955; SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da comunidade científica no Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional/Finep, 1979; SCHWARTZMAN, Simon. *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. Brasília: Ministério da Ciência e da Tecnologia, 2001.

5 Essa última publicação é uma edição da SBPC, que traz uma compilação de entrevistas com pesquisadores brasileiros de diversas especialidades publicadas na revista *Ciência e Cultura*. Ela conta com

processos de institucionalização e profissionalização das ciências, ou então enquadradas como meras exceções. Durante muito tempo, pouco — ou quase nada — se soube sobre sua presença e atuação nas instituições científicas brasileiras, como se não tivessem deixado qualquer rastro ou registro de sua contribuição.

Sendo assim, visando visibilizar as mulheres que compuseram esse processo de institucionalização das ciências no Brasil em meados do século XX, o objetivo desta pesquisa é analisar, através do método prosopográfico, a trajetória profissional de um grupo de mulheres que exerceram atividades científicas e tecnológicas em diferentes campos de especialização em um conjunto amplo de instituições, com diversas finalidades (pesquisa, ensino, assistência, gestão pública), situadas na cidade do Rio de Janeiro. O objeto de investigação é o inquérito produzido pela Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) em 1957, contendo uma lista nominal de 280 pesquisadoras que atuaram na pesquisa básica e aplicada.

As décadas de 1940 a 1960 constituem o recorte temporal do estudo proposto. O primeiro marco histórico corresponde ao período imediatamente posterior à ampliação da escolarização feminina em todos os níveis de ensino, com destaque para o ensino superior. Nesse contexto, são particularmente representativas a criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, e da Universidade do Brasil (UB), em 1937, ambas emblemáticas do processo de expansão e institucionalização do ensino superior no país. Busca-se, assim, analisar de que modo a ampliação da escolarização formal contribuiu para a inserção das mulheres nas instituições de ensino superior e, consequentemente, para a aquisição de saberes e competências necessários ao exercício de atividades profissionais vinculadas à produção científica. O segundo marco temporal refere-se ao encerramento desse ciclo inicial de acesso ao ensino superior, simbolizado pela Reforma Universitária de 1968, cujas transformações institucionais modificaram as formas de ingresso no ensino superior (tanto para homens quanto para mulheres) e ampliaram as possibilidades de profissionalização das mulheres no campo acadêmico e científico.

O processo de institucionalização e profissionalização das ciências, consolidado no Brasil entre as décadas de 1940 e 1960, coincidiu com a ampliação do acesso de homens e mulheres ao ensino superior, cujo resultado foi o acentuado aumento do número de matriculados nesse nível de ensino: “De 27.253

61 pesquisadores, das mais diversas instituições brasileiras, porém, constata-se apenas 8 entrevistas com mulheres.

estudantes, em 1945, passou-se a 142.386, em 1964, ou seja, um crescimento anual linear de 12,5%⁶. Dentro dessa expansão geral das matrículas, o aumento da participação feminina foi marcante: de 26% em 1956 para 40% em 1971⁷. Dentro dessa expansão geral das matrículas, o aumento da participação feminina foi marcante: de 26% em 1956 para 40% em 1971.⁸

Esta pesquisa tem como referência os resultados alcançados pelos estudos históricos que se dedicaram em particular à temática da escolarização e da presença de mulheres no ambiente acadêmico e universitário como docentes e estudantes. Dentre esses, constam os trabalhos que abordam as faculdades de filosofia, ciências e letras, criadas no âmbito das primeiras universidades nos anos 1930 (USP e UB) e que se expandiram pelo país a partir de então. Essas instituições abrigaram um número crescente e contínuo de mulheres: entre 1940 e 1960, cerca de 70% dos diplomados na Faculdade Nacional de Filosofia da UB era do sexo feminino⁹. Um fator decisivo para essa expansão foi a ênfase na formação profissional direcionada para o magistério de nível secundário, bem como a forma de recrutamento de estudantes, priorizando o contingente de formados pela escola normal, que era eminentemente feminino. Esse arranjo institucional inovador promoveu uma mudança fundamental para a população feminina, constituindo uma alternativa às tradicionais faculdades e escolas profissionais, onde predominavam os homens. Outro efeito provocado por essas instituições foi a alteração do perfil social do aluno de ensino superior, incorporando uma clientela oriunda das classes médias urbanas.¹⁰

As faculdades de filosofia constituíram uma experiência histórica fundamental para a mudança do ambiente acadêmico no que concerne às relações de

6 CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. 3ª. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 79.

7 BARROSO, Carmen Lúcia de Melo. A participação da mulher no desenvolvimento científico brasileiro. *Ciência e Cultura*, v. 27, n. 6, p. 613–620, 1975.; TOSI, Lucía. A mulher brasileira, a universidade e a pesquisa científica. *Ciência e Cultura*, (33), 2, 1981, p. 167-177.

8 BARROSO, Carmen Lúcia de Melo; MELLO, Guiomar Namó de. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. *Cadernos de Pesquisa*, n. 15, p. 47–77, 30 dez. 1975, p. 72. TOSI, Lucía. A mulher brasileira, a universidade e a pesquisa científica. *Ciência e Cultura*, v. 33, n. 2, p. 167–177, 1981.

9 FERREIRA, Luiz Otávio; AZEVEDO, Nara; GUEDES, Moema; CORTES, Bianca. Institucionalização das ciências, sistema de gênero e produção científica no Brasil (1939-1969). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 15, n. suppl, p. 43–71, 2008.

10 FERREIRA, Luiz Otávio; AZEVEDO, Nara; GUEDES, Moema; CORTES, Bianca. Institucionalização das ciências, sistema de gênero e produção científica no Brasil (1939-1969). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 15, n. suppl, p. 43–71, 2008, p. 54.

gênero. Segundo Trigo, que analisou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL) nas suas primeiras décadas, elas se instituíram como um espaço inaugural de convivência de grupos mistos de homens e mulheres, de que resultou regras de sociabilidade originais para as relações de gênero, baseadas em novos costumes e comportamentos.¹¹

Em certa medida essa linha de argumentação está presente em alguns poucos estudos que reconhecem a importância dessas instituições nas transformações dos papéis sociais das mulheres na sociedade urbana de meados do século XX. Elas são consideradas um marco histórico na condução do *sair* do universo privado para a vida pública¹². Um dos primeiros estudos que adota essa chave interpretativa trata das matemáticas da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia. A presença majoritária de mulheres no corpo discente desse curso é notável: dos 118 diplomados entre 1945 e 1968, 70% era composto de mulheres.¹³

Um estudo mais recente reitera o papel dessas instituições, embora não aborde diretamente a temática das mulheres. Ao analisar as dissertações e teses de todas as áreas, defendidas na FFCL/USP entre 1942 e 1968, ele fornece pistas seguras a respeito da expressividade do contingente feminino entre o corpo discente¹⁴. Acompanhando a produção de doutorado e de mestrado, foram contabilizadas 272 defesas de teses, sendo 69 (25,4%) de mulheres e 54 defesas de dissertações, destas, 19 (35,2%) de mulheres.

O recorte temporal abordado neste artigo contempla transformações significativas no sistema de ensino superior brasileiro, acompanhadas por iniciativas governamentais voltadas à consolidação da carreira científica. Essas medidas buscaram conferir maior estabilidade ao campo científico por meio do planejamento estatal e da institucionalização de normas e diretrizes que garantissem suporte contínuo à pesquisa científica e tecnológica no país. A criação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), em 1951, representou um marco desse processo, articulando-se à atuação da comunidade científica,

11 TRIGO, Maria Helena. A mulher universitária: códigos de sociabilidade e relações de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina; SORJ, Bila (orgs.). Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil. São Paulo: Marco Zero, 1994. p. 89–110.

12 PERROT, Michelle. As mulheres e os silêncios da história. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 280.

13 DIAS, André Luís Mattedi. As fundadoras do Instituto de Matemática e Física da Universidade da Bahia. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, [s. l.], v. 7, n. 3, p. 653–674, fev. 2001.

14 SILVA, Márcia R. B. da. DANTES, Maria A. M. Produção de conhecimento e tradições de pesquisa na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – USP (1934-1968). Revista CPC, São Paulo, n. 20, dez. 2015, p. 159-194.

que já havia fundado, em 1948, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Nesse mesmo contexto, destacam-se ainda a criação da Capes, também em 1951, e do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), em 1949.¹⁵

A proposição dessa investigação vem se somar e dar continuidade aos estudos que abordam a presença das mulheres nas ciências no Brasil, citados anteriormente. Trata-se de explorar e ampliar essas contribuições as quais enfatizam os aspectos institucionais relacionados às políticas públicas que favoreceram a escolarização e a profissionalização das mulheres no mundo científico. Esses trabalhos constituem um ponto de partida para esta investigação na medida que oferecem pistas relevantes para se avançar a reflexão, abordando as próprias trajetórias e carreiras científicas. Pretende-se examinar os processos e mecanismos sociais que explicam a emergência de mulheres no mundo científico naquele período, fenômeno nada trivial. Afinal, a ciência como profissão não constituía um destino natural ou o mais atraente para as jovens estudantes universitárias. O magistério representava um destino profissional mais promissor em vista de sua aceitação social e institucionalidade, ao contrário da atividade de pesquisa, ainda em processo de profissionalização, o que significava, entre outras limitações, acesso restrito e precários recursos econômicos e institucionais para a realização de uma carreira científica. Nesse sentido, cabe indagar: como e por quais mecanismos as mulheres adentraram as instituições científicas naquele momento? Esse movimento pode ser interpretado como o que Perrot designa como a “saída dos papéis sociais designados”, rompendo em certa medida com os estereótipos das vocações naturais femininas para inventar um mundo diferente das expectativas sociais que cercavam aquelas jovens estudantes.¹⁶

Para explorar a dimensão da trajetória social e da carreira científica, será utilizada uma ferramenta metodológica específica, a saber, a biografia coletiva ou prosopografia, que tem sido amplamente empregada na história social, em particular na micro-história, com vistas a analisar grupos de atores¹⁷. Trata-se de um método que permite colocar em evidência o individual para

15 ANDRADE, Ana Maria Ribeiro. *Físicos, mésons e política: a dinâmica da ciência na sociedade*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: MAST, 1999; SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da comunidade científica no Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional/Finep, 1979.

16 PERROT, Michelle. *As mulheres e os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 280.

17 CHARLE, Christophe. *A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas*. In: HEINZ, Flávio (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 44.

salientar o coletivo, expresso nos aspectos comuns comparáveis e compartilhados, de que se extrai o seu potencial cognitivo¹⁸. No caso desta investigação, pretende-se mergulhar em trajetórias biográficas e coletivas para identificar aspectos significativos e comuns que permitam oferecer uma explicação plausível para sua emergência e configuração como um grupo social diferenciado.

Estudos prosopográficos recentes constituem-se como referências para a realização desta pesquisa. Luiz Otávio Ferreira e Renata Salles investigaram as características socioculturais de um grupo de 1010 enfermeiras diplomadas na Escola de Enfermagem Ana Nery entre as décadas de 1920 e 1950. Examinando as *variáveis significativas* classe social, gênero, raça e escolaridade, os autores identificaram o padrão de recrutamento das mulheres que ingressavam na escola de enfermagem.¹⁹

Outra importante investigação foi realizada por Ana Paula Korndörfer, a qual analisou a atuação da Fundação Rockefeller na formação de quadros em saúde pública, especialmente através da distribuição de bolsas de estudo no Brasil. Nesse sentido, utilizou a prosopografia para discutir o perfil de 28 bolsistas de enfermagem, entre 1917 e 1951, analisando sua formação escolar, vínculo institucional e trajetória profissional. O exercício metodológico utilizado por Korndörfer inspira através das questões que ela propõe à população estudada, por exemplo, ao identificar por meio da trajetória profissional das bolsistas que a maioria das enfermeiras ocupavam cargos importantes nas instituições onde atuaram.²⁰

Destaca-se, da mesma forma, um recente dossiê organizado pela Revista Arenal, da Universidade de Granada, intitulado “Historias biográficas: género y científicas en España”, no qual um grupo de historiadoras apresentaram pesquisas que investigam biografias de cientistas mulheres na Espanha durante o século XX. Evidenciamos o trabalho de María Jesús Santesmases, Montser-

18 BULST, Neithard. Sobre o objeto e o método da prosopografia. *Politeia: História e Sociedade*, v. 5, n. 1, p. 47-67, 2005, p. 55; NICOLET, Claude. Prosopographie et histoire sociale: Rome et l'Italie à l'époque républicaine. *Annales: économies, sociétés, civilisations*, 25^e année, n. 5, p. 1209-1228, 1970, p. 1216.

19 FERREIRA, Luiz Otávio; SALLES, Renata. A origem social da enfermeira padrão: o recrutamento e a imagem pública da enfermeira no Brasil, 1920-1960. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], [s. l.], 8 out. 2019. <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.77966>.

20 KORNDÖRFER, Ana Paula. A Fundação Rockefeller e a formação de quadros para a enfermagem (Brasil: 1917-1951). *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], Questions du temps présent, mis en ligne le 08 octobre 2019.

rat Cabré Pairet e Teresa Ortiz Gómez, em que analisaram a trajetória profissional de mulheres de diferentes instituições científicas, e por meio dela a própria configuração social e institucional da ciência: “No se trata solo de acumular nombres de mujer sino de analizar como sus historias de vida configuran en cada momento histórico las prácticas científicas y con ellas la ciencia misma”.²¹

Construindo a prosopografia a partir dos nomes: fontes para História das Mulheres nas Ciências

O primeiro passo para construir uma biografia coletiva é construir as definições sobre o que iremos explorar dentro das variáveis significativas²², entendendo elas a partir de duas perspectivas: perfil social como primeiro nível de análise (origem familiar, gênero, classe, cor, naturalidade) e atividades profissionais enquanto segundo nível de busca (loais de atuação, redes de colaboração, áreas e temas de pesquisa, produção acadêmica, participação em eventos, intercâmbios científicos).

Para dar conta dessas variáveis, partimos para a próxima etapa do trabalho: traçar o caminho das fontes. Quais arquivos percorrer? Inicialmente, adotamos como metodologia complementar à prosopografia, o método onomástico, ou seja, tratamos o nome das personagens como fio condutor da pesquisa. Ou, nas palavras de Ginzburg e Poni o “fio de Ariana que guia o investigador no labirinto documental [...] aquilo que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas: o nome”²³. Embora pudéssemos tratar o nome também como expressões de classificação social ou relações de poder e identidade dentro de um grupo, como sugere Rodrigo Weimer²⁴, neste trabalho refletiremos sobre ele enquanto ferramenta metodológica para percorrer as fontes e construir a biografia coletiva.

21 SANTESMASES, María Jesús; PAIRET, Montserrat Cabré; GÓMEZ, Teresa Ortiz. Feminismos biográficos: aportaciones desde la historia de la ciencia. *ARENAL*, 24:2; julio-diciembre 2017, p. 400.

22 STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, p. 115-137, jun. 2011.

23 GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989, p. 174.

24 WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *A gente da Felisberta: consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c. 1847 – tempo presente)*. Rio de Janeiro, Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

Nesse sentido, inspirando-se no texto de Eric Brasil e Leonardo Nascimento²⁵, ao sugerirem que a metodologia seja apresentada passo a passo ao leitor, seja ela na busca de um termo na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, seja em uma pesquisa no Google, passaremos a descrever como chegamos ao conjunto de fontes que originou um banco de dados composto por 280 nomes de mulheres cientistas que trabalharam em instituições do Rio de Janeiro nos anos 1950, objeto de nossa prosopografia.

Inicialmente, partimos de um *survey* produzido pela Capes em 1957, cujo objetivo era obter informações sobre as atividades de pesquisa desenvolvidas nas instituições brasileiras: quem faz pesquisa, qual sua formação e especialização, que tipo de pesquisa, qual especialidade. A Capes, através do Inquérito, reuniu elementos para caracterizar a pesquisa e os pesquisadores em atividade. Assim, enviou a todos os estabelecimentos que produziam ciência no Brasil formulários a serem preenchidos com informações gerais (campo de pesquisa e nome da instituição) e específicos (nome dos pesquisadores e especialização). O resultado desse levantamento foi publicado no livro “Instituições de Pesquisa Básica e Aplicada”, em 1957. A partir dessa fonte, contamos manualmente e transcrevemos para um banco de dados o nome de cada uma das mulheres citadas, especificamente atuantes na cidade do Rio de Janeiro, na época Distrito Federal. No total, registramos 280 pesquisadoras, das quais tínhamos como informação prévia fornecida pelo Inquérito, seu local de atuação, campo e especialização.

Esses 280 nomes foram nosso ponto de partida, e, através deles, construímos critérios para a busca de informações. Para defini-los, utilizamos os princípios elaborados por Christophe Charle, que indica os passos a seguir por meio da base empírica:

definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer a partir dela, um questionário biográfico cujos diferentes critérios e variáveis servirão à descrição de sua dinâmica social, privada, pública ou mesmo cultural, ideológica ou política, segundo a população e o questionário em análise.²⁶

25 BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. Estudos Históricos, v. 33, n. 69, p. 196-219, 2020.

26 CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio (Org.). Por outra história das elites. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 41.

Aplicando a prosopografia, tínhamos a população definida – mulheres cientistas do Rio de Janeiro nos anos 1950 – e, em segundo lugar, precisaríamos formular um conjunto de questões que seria aplicado à população previamente definida. O questionário biográfico foi baseado nas variáveis significativas e, portanto, coletamos fontes que atendessem ao ensejo de investigar o perfil social e as atividades profissionais daquelas mulheres. Assim, elaboramos dois bancos de dados. O primeiro, mais geral, foi dividido inicialmente por nove variáveis: nome da instituição; órgão ao qual ela pertence; se havia ou não mulheres; se havia ou não homens; número de homens; número de mulheres; campos de pesquisa; especialização e tipos básicos (ensino, pesquisa, ensino e pesquisa, tecnologia, educação e assistência, medicina, administração pública, ciências sociais). E o segundo, mais detalhado, tinha por objetivo identificar nominalmente as mulheres pesquisadoras. Nele, dividimos os dados em 34 variáveis que vão desde a busca por dados pessoais (data de nascimento, maternidade, casamento), passando pela formação (escolaridade no ensino básico, superior e pós-graduação) e, finalmente, a profissionalização (instituição em que atua, campo de pesquisa, área e especialidade).

Definidas as variáveis da pesquisa, passa-se à identificação das fontes. Onde localizar informações tão heterogêneas? Evidentemente, não se trata de um único repositório: os arquivos a serem consultados são tão diversos quanto os dados buscados. A primeira etapa da investigação consistiu em buscas iniciais na plataforma Google, utilizando os nomes entre aspas, a fim de delimitar melhor os resultados e selecionar, entre os links disponíveis, aqueles mais pertinentes ao preenchimento da base de dados. Um dos sites mais recorrentes nos resultados foi o JusBrasil, conhecido principalmente por armazenar informações relativas a processos cíveis e criminais. No entanto, para nossa grata surpresa, essa plataforma também revelou-se uma importante fonte de informações ao reunir registros dos Diários Oficiais — da União, dos Estados e do Poder Judiciário — com especial destaque para o Diário Oficial da União, publicado continuamente desde 1890. A riqueza de informações contida nesses documentos foi fundamental para a reconstrução das trajetórias profissionais das pesquisadoras.

Por meio dos Diários Oficiais, foi possível identificar indícios sobre os modos de ingresso das mulheres nas instituições públicas: quais concursos prestaram, as áreas de atuação, a estrutura dos certames, seus diferentes momentos, os(as) concorrentes, os(as) membros da banca examinadora, bem como os resultados — aprovações e reprovações. Além disso, esses documentos permitiram mapear grande parte da trajetória funcional dessas cientistas: cargos

ocupados, progressões na carreira, afastamentos para viagens acadêmicas, licenças maternidade, exonerações, entre outros eventos. Um exemplo elucidativo diz respeito à dificuldade recorrente em pesquisas que não utilizam entrevistas de história oral: obter informações sobre a vida pessoal das pesquisadoras, em especial sobre experiências de maternidade. A análise dos pedidos de licença registrados nos Diários Oficiais permitiu identificar períodos de gravidez, situá-los nas respectivas fases da carreira, e avaliar, por meio do cruzamento com dados curriculares, se e como essas experiências impactaram sua progressão profissional e sua produção científica, abrindo novas possibilidades analíticas.

Outro conjunto documental bastante útil para a obtenção de informações de cunho pessoal — tais como data de nascimento, filiação, naturalidade e local de residência — é constituído pelos fundos oriundos da Comissão Nacional da Verdade, do Serviço Nacional de Informações (SNI), da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores e do Conselho de Segurança Nacional, todos disponibilizados pelo Arquivo Nacional. Uma das principais vantagens desses acervos reside no fato de que, em sua maioria, encontram-se digitalizados, o que permite a realização de buscas nominais por meio da base SIAN, além da possibilidade de download dos documentos. Trata-se, ademais, de fontes produzidas durante a Ditadura Civil-Militar brasileira, período imediatamente posterior à publicação do Inquérito da Capes. Considerando-se que universidades e instituições de pesquisa foram alvos frequentes de vigilância e repressão no período, torna-se plausível a hipótese de que informações sobre as pesquisadoras investigadas estejam registradas nesses arquivos. Um exemplo significativo são as fichas de suspeitos elaboradas pelo SNI, nas quais constam dados como nome completo, data de nascimento, estado civil, filiação, endereço, profissão, número de filhos e local de trabalho. Além de fornecerem dados sensíveis que contribuem para a reconstrução das trajetórias individuais, essas fontes revelam aspectos fundamentais do contexto político em que essas carreiras se desenvolveram. Ao se construir uma biografia coletiva de cientistas atuantes na segunda metade do século XX, é imprescindível considerar o impacto, direto ou indireto, das conjunturas autoritárias sobre suas trajetórias profissionais.

Ainda sobre informações pessoais, uma outra base de dados muito útil foi o FamilySearch²⁷ - um site criado com fins genealógicos, mas que por conter registros de nascimento, casamento, batismo e óbito ajudam a preencher la-

²⁷ Disponível em <https://www.familysearch.org> acesso em 04 de fevereiro de 2025.

cunas importantes das trajetórias das cientistas. Por exemplo, ao identificar-mos seu ano de nascimento, conseguimos mapear sua geração - um fato que, quando cruzado com registros profissionais, contribui para compreendermos com quantos anos a pesquisadora ingressou no ensino superior, com que idade foi mãe (se foi), quanto tempo levou para ter uma posição profissional efetiva, qual foi a média de idade ao assumir um cargo de chefia, entre outras perguntas essenciais para estudos prosopográficos.

Há também outras possibilidades mais evidentes de investigação, como a consulta aos arquivos da Capes e do CNPq, ambos sediados em Brasília, no Distrito Federal. Nesses acervos, encontram-se dossiês de bolsistas e relatórios de pesquisa que se revelam fontes valiosas para o mapeamento das trajetórias acadêmicas e profissionais das pesquisadoras. Por meio dessa documentação, é possível acessar informações de caráter pessoal, identificar vínculos institucionais, redes acadêmicas e científicas das quais as mulheres fizeram parte, bem como orientadores e orientandas, grupos de pesquisa, conexões internacionais, intercâmbios, produções bibliográficas, temáticas investigadas, bolsas solicitadas e concedidas, entre outros dados relevantes. Trata-se, portanto, de um conjunto documental que não apenas ilumina aspectos da formação e atuação das cientistas, mas também permite reconstituir dinâmicas mais amplas de inserção e circulação no campo científico brasileiro ao longo do século XX.

A Capes recentemente inaugurou um repositório digital²⁸ em que objetiva disponibilizar online boa parte de sua documentação, atualmente já estão disponíveis seus boletins informativos, desde seu primeiro ano de atuação, 1952, até 1974. Esses registros são importantes, entre outros fatores, para mapearmos o contexto, as ações e políticas públicas de educação voltadas ao ensino superior no Brasil no período. Já o CNPq, desde os anos 2000, constituiu o “Centro de Memória do CNPq”, que, além do acervo físico, conta com um site²⁹ em que estão disponíveis documentos textuais e iconográficos que relatam a trajetória da instituição. Em paralelo, parte do acervo do CNPq também está disponível no Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), no Rio de Janeiro, e há um vasto conjunto documental digitalizado, disponível na base Zenith³⁰. Recentemente, em março de 2023, foi lançada

28 Disponível em <https://memoria.capes.gov.br/> acesso em 24 de março de 2023.

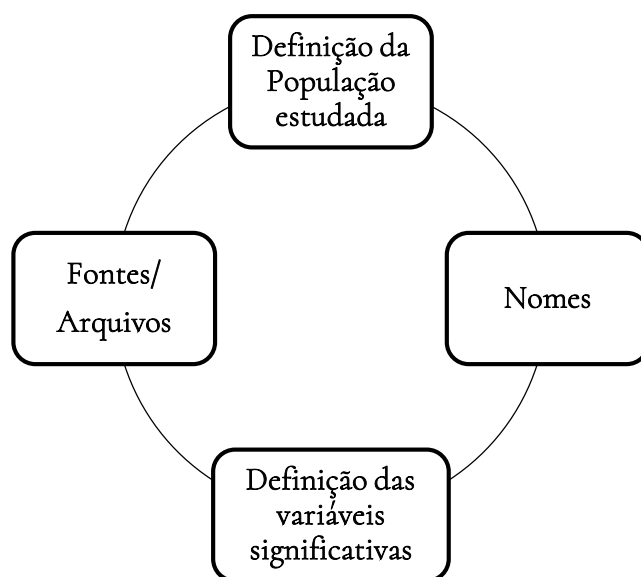
29 Disponível em <http://centrodememoria.cnpq.br/> acesso em 24 de março de 2023.

30 Disponível em <http://zenith.mast.br/> acesso em 24 de março de 2023.

também a base prosopográfica, “Prosopon”³¹ produzida pelo MAST, com informações sobre os bolsistas do CNPq, plataforma totalmente online. Esta base certamente contribuirá significativamente com futuros estudos que investiguem pesquisadores e pesquisadoras brasileiras entre os anos 1950 e 1970³².

É preciso mencionar também outros repositórios mais direcionados, por exemplo: Google Acadêmico, Portal de Periódicos da CAPES, Bases Scielo e Scopus. Para estes todos, a busca se direciona às publicações das cientistas, mas permite, através da análise de co-autorias ou citações, investigar as redes de relações acadêmicas dessas mulheres. Apresentados os arquivos que percorremos na busca de informações para compor essa biografia coletiva, elaboramos uma síntese visual sobre os percursos que navegamos até chegar nos resultados.

Imagem 1: Diagrama da prática prosopográfica



Fonte: elaboração da autora

³¹ Disponível em <http://prosopon.mast.br/> acesso em 03 de abril de 2023.

³² Por ter sido lançada no momento da elaboração final desse texto, as informações do Prosopon não foram utilizadas para compor essa pesquisa.

O diagrama acima foi elaborado sem setas e no sentido circular não ao acaso, esse modelo pretende ilustrar uma sequência contínua de estágios dispostos com o mesmo nível de importância. Neste texto optamos por primeiramente definir o objeto de análise: a população que seria estudada; a partir dela, definimos quais as variáveis seriam analisadas. Concluídos estes passos, elaboramos um banco de dados nominal e criamos estratégias para buscar fontes, direcionadas, sobretudo, pelo nome e pelas variáveis. Porém, esse não é o único caminho a percorrer, poderíamos primeiro ter um conjunto de fontes ou de nomes e, posteriormente, definir a população e as variáveis. O objetivo ao elaborar essa imagem foi demonstrar que para construir uma biografia coletiva precisamos destes quatro pilares: variáveis significativas, população, nomes e fontes/arquivos; cada um disposto em um dos quadrantes, interconectados, interdependentes.

Dito isto, partiremos para o exercício prosopográfico, optando por analisar algumas das variáveis “dando destaque aos mecanismos coletivos - de recrutamento, seleção e de reprodução social - que caracterizam as trajetórias sociais (e estratégias de carreira) dos indivíduos”³³. A partir dessa metodologia estima-se que seja possível compreender como se deu a presença de mulheres em instituições científicas do país, sobretudo através da análise da tipologia das entidades em que estão presentes e dos seus campos de pesquisa e especialização.

Biografia coletiva de mulheres cientistas

De modo geral, computando os registros do Inquérito de 1957, obtivemos os seguintes dados: havia 3.253 pesquisadores alocados entre os 13 estados³⁴ que responderam a Capes. De acordo com a distribuição de gênero, eram 2759 homens (84,8%) e 494 mulheres (15,2%). A maioria, de ambos os gêneros, 1.282 (39,4%), situavam-se do Distrito Federal (atual cidade do Rio de Janeiro) seguidos pelo estado de São Paulo com 1.020 (31,4%). Entre os pesquisadores do DF, identificamos 1002 homens (78,2%) e 280 mulheres (21,8%), distribuídos em 65 instituições (28,3% entre todas as instituições dos 13 estados mais o

³³ HEINZ, Flávio M. Por outra história das elites. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 9.

³⁴ Foram eles: Amazonas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo), além do Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro).

DF). O estado de São Paulo era o único que possuía um número de instituições e de pesquisadores e pesquisadoras comparáveis ao quadro do DF, com 901 homens (88,3%) e 119 (11,7%) mulheres, ambos distribuídos em 63 instituições (27,4%) do total do inquérito. Nos demais 12 estados, foram identificadas 102 instituições (44,3%), com 951 pesquisadores de ambos os sexos, sendo 856 (90%) homens e 95 (10%) mulheres. Cabe ressaltar que o Inquérito não classificou os pesquisadores por gênero, estes dados foram atribuídos a partir da leitura da lista nominal presente no documento, por meio da qual categorizamos entre homens e mulheres através de nomes socialmente entendidos por femininos ou masculinos.

Para a construção da biografia coletiva proposta neste estudo, recortamos especificamente o grupo de mulheres atuantes no Distrito Federal. A partir dessa população, extraímos, da base de dados, informações relativas às suas áreas de atuação, especialização e campo de trabalho, bem como o nome da instituição em que atuavam e o respectivo departamento. Esses dados foram obtidos diretamente no Inquérito da Capes.

A fim de complementar as lacunas existentes, recorreremos a outras fontes, como Diários Oficiais, notas biográficas, currículos, obituários e fichas com informações pessoais provenientes de acervos judiciais. Por meio da análise dos nomes identificados, foi possível preencher informações adicionais relativas ao ano de nascimento, ano de conclusão da graduação, curso e instituição de formação.

Dada a natureza sensível desses dados, nem todas as informações estavam disponíveis para todas as mulheres. Assim, optou-se pela utilização de amostragem, com margem de erro estimada em 10%, para fins de contabilização e análise.³⁵

Iniciando pela informação mais macro: o campo de pesquisa. Esta era a categoria mais ampla presente no Inquérito e era atribuída pela Capes a partir das áreas do conhecimento, conforme alertou Rogério Córdova ao investigar os primeiros anos de atuação da entidade³⁶. Sendo assim, temos a classificação em sete campos de pesquisa, conforme veremos na tabela abaixo.

³⁵ A margem de erro corresponde ao cálculo entre a população total de mulheres do Inquérito da Capes de 1957, dividido pelo número de mulheres que encontramos informações, considerando um grau de confiança de 95%.

³⁶ CÓRDIVA, Rogério de Andrade. Capes: origem, realizações, significações. Brasília: CAPES, 1998, v. 1, p. 54.

Tabela 01 - Distribuição das mulheres conforme “Campos de Pesquisa”

Campo de pesquisa	Número de mulheres	Porcentagem
Ciências biológicas	74	26,4
Ciências sociais, educação e direito	70	25,0
Ciências físicas	64	22,9
Tecnologia industrial	52	18,6
Mistos ³⁷	12	4,3
Tecnologia agrícola	7	2,4
Ciências matemáticas	1	0,4
Total	280	100

Fonte: Tabela produzida a partir do Inquérito “Instituições de Pesquisa Básica e Aplicada” (Capes, 1957)

A análise da Tabela 01 permite identificar uma expressiva presença de mulheres nas Ciências Biológicas (26,4%), campo que, à época, correspondia à segunda maior área de investimento do CNPq³⁸ — especialmente no que se refere à distribuição de bolsas de pesquisa —, sendo superado apenas pelas Ciências Físico-Matemáticas, puras e aplicadas. Esse dado revela que as mu-

³⁷ O campo definido como “misto” foi assim classificado pela Capes quando a instituição em que elas estavam presentes atuava em mais de um campo, por exemplo, é o caso do Museu Nacional, em que tanto havia pesquisadores atuando nas Ciências Sociais e na Educação, quando nas Ciências Biológicas.

³⁸ Relatórios de atividades do CNPq (1951-1956), disponíveis em: <https://centrodememoria.cnpq.br/Fombols.html> acesso em 20 abr. 2025.

lheres estavam inseridas nos segmentos de ponta da ciência brasileira, ocupando espaços de produção científica e concorrendo em igualdade com os principais cientistas do período.

Também merece destaque a significativa presença delas nas áreas de Ciências Sociais, Educação e Direito (25,0%). O cruzamento desses dados com as informações relativas à formação acadêmica evidencia a atuação de numerosas professoras formadas pelo Curso Normal ou pelas Faculdades de Filosofia em instituições de pesquisa básica e aplicada.

Em conjunto, as pesquisadoras atuantes nas áreas de Ciências Biológicas e de Ciências Sociais, Educação e Direito somam mais de 50% do total de mulheres identificadas, o que indica uma concentração em campos historicamente associados às profissões do magistério e da saúde. Esses dados são coerentes com o contexto da época, no qual o acesso feminino ao ensino superior era mais comum em áreas ligadas à docência, à assistência social e às práticas biomédicas.

No entanto, a expressiva presença de mulheres na área de Tecnologia Industrial (18,6%) desafia os estereótipos de gênero tradicionalmente associados à divisão sexual do trabalho nas ciências e sugere um possível impacto positivo das políticas governamentais voltadas à formação técnica implementadas no período. Esse fenômeno pode estar relacionado à expansão de setores industriais estratégicos, como os ramos químico e mineral, que exigiam mão de obra qualificada e formação especializada. A inserção feminina nesse campo, portanto, revela não apenas uma resposta a demandas do mercado, mas também uma movimentação institucional que favoreceu a presença de mulheres em áreas historicamente consideradas masculinas.³⁹

Afunilando um pouco mais a definição da atuação das mulheres, temos a distribuição delas por Áreas de atuação. Para este caso, a Capes classificou as instituições em 23 diferentes áreas, das quais destacaremos as cinco com o maior número de mulheres e que também correspondem à expressiva maioria.

39 LOPES, Maria Margaret. A busca de petróleo no Brasil nas obras de Euzébio Paulo de Oliveira (1917-1940). Anais 17º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 2020. Disponível em https://www.17snhct.sbhct.org.br/resources/anais/11/snhct2020/1588697339_AR-QUIVO_c37dec39a5d6183b12228923361e2358.pdf acesso em 20 abr. 2025.

Tabela 02 - Área de pesquisa das mulheres (1957)

Área de pesquisa	Número de mulheres	Porcentagem
Educação	64	22,9
Tecnologia industrial em geral	43	15,4
Geografia	37	13,2
Psicologia	24	8,6
Medicina	18	6,4
Total:	186	66,5

Fonte: Tabela produzida a partir do Inquérito “Instituições de Pesquisa Básica e Aplicada” (Capes, 1957)

Embora a Educação sobressalte com quase um terço da presença de mulheres, destaca-se a atuação delas em áreas das tecnologias industriais. Mais uma vez, ao cruzar com dados referentes à formação, identificamos que se tratam de pesquisadoras formadas, principalmente, em Química e, em segundo lugar, porém bem atrás, estaria a Farmácia. De acordo com Daniele Coutinho, entre os formados nos cursos de Ciências da Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro entre 1939 e 1956, o curso de Química representava o maior número, tanto entre os bacharéis, quanto entre os licenciados, 214 dos 656, ou seja, quase um terço dos diplomados⁴⁰. Estes altos números podem representar um interesse crescente pela Química naquele período, que, provavelmente, pode ter sido influenciado pela demanda. Instituições relacionadas à pesquisa mineral e geológica, por exemplo, como o Laboratório de Produção

⁴⁰ COUTINHO, Daniele Sousa. Universidade, ciência, universitários: caracterização social e escolar dos estudantes de química da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1939-1968). Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde. Rio de Janeiro, 2010, p. 149.

Mineral, e à produção de combustíveis, como o Instituto Nacional de Tecnologia, figuravam entre as que mais recebiam pesquisadores, visto também ser áreas em que o governo brasileiro estava investindo na primeira metade do século XX.⁴¹

Qualificando um pouco mais a pesquisa, ao buscarmos nominalmente pelas 52 mulheres relacionadas a Tecnologia Industrial na base de bolsistas do CNPq (Prosopon), identificamos que 12 delas receberam bolsas ou auxílios ao longo da carreira, sendo que destas 12, 11 eram do INT e 4 delas foram contempladas ainda na década de 1950, reforçando a hipótese do investimento governamental do período em pesquisas sobre combustíveis e minérios. Entre as bolsistas, por exemplo, estava Feiga Tiomno Rosenthal, química, formada pela FNFfi em 1943, recebeu bolsa entre 1953 e 1956 e, posteriormente, entre 1960 e 1961, ambas para pesquisas no INT sobre o babaçu e sua relação com a produção de álcool. Derivou desta investigação, na década de 1970, o “Projeto de viabilidade técnico-econômica de uma usina de álcool de babaçu” e “Projeto conceitual para implantação de uma usina de álcool de babaçu”, ambos ligados ao Programa Nacional do Álcool.⁴²

Retomando aos dados do Inquérito, observamos os registros de especialidades, que permitem identificar com maior precisão os tipos de atividades desenvolvidas por essas mulheres nas instituições de pesquisa. Trata-se da variável que apresenta a maior diversidade, com 88 especializações distintas. Com o intuito de tornar a apresentação dos dados mais clara e objetiva, optamos por destacar apenas aquelas especialidades que concentram mais de 2% da presença feminina, conforme demonstrado na Tabela 03.

41 LOPES, Maria Margaret. A busca de petróleo no Brasil nas obras de Euzébio Paulo de Oliveira (1917-1940). Anais 17º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 2020.

42 MAST. Inventário Feiga Tiomno Rosenthal. p. 9.

Tabela 03 – Especialidade em que as mulheres foram mais presentes

Especialidade	Número de mulheres	Porcentagem
Geografia	37	13,2
Técnica da educação	29	10,4
Psicotécnica	23	8,2
Ortofrenia e psicologia	21	7,5
Antropometria	9	3,2
Análise de minerais	8	2,9
Bromatologia	8	2,9
Química, metalurgia e cerâmica	7	2,5
Total	142	50,8

Fonte: Tabela produzida a partir do Inquérito “Instituições de Pesquisa Básica e Aplicada” (Capes, 1957).

Ao analisar as especialidades apresentadas na Tabela 03, observamos que a Geografia ocupa o primeiro lugar (13,2%), seguida por Técnica da Educação (10,4%) e Psicotécnica (8,2%). A expressiva presença dessas especialidades reflete a influência das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, que tinham como uma de suas principais finalidades a formação de professores para o ensino secundário, com destaque para cursos como Geografia e Pedagogia.

Outro ponto relevante é a presença feminina em áreas técnicas, como Bromatologia (2,9%) e Análise de Minerais (2,9%), o que indica o engajamento de mulheres em campos estratégicos para o desenvolvimento tecnológico e industrial do país. Muitas dessas pesquisadoras atuavam em instituições como o Laboratório Nacional de Análises, contribuindo com estudos voltados à saúde pública e à regulação alimentar.

Caso a tabela fosse ampliada para incluir especialidades com menos de 2% de representação, observaríamos a presença de cinco mulheres em Bioquímica, Química e Psiquiatria (1,8% cada), seguidas por quatro mulheres atuando em

Cultura de Tecidos, Virologia e Química Tecnológica (1,4%). As demais 74 especialidades contavam com um a três registros femininos, o que reforça a diversidade da atuação dessas pesquisadoras, ainda que de forma menos expressiva em alguns campos.

A partir desses dados, torna-se evidente a predominância de mulheres com formação voltada para o magistério, refletida nas especialidades com maior concentração — Geografia, Técnica da Educação e Psicotécnica. Com exceção da primeira, em que a formação exigia curso superior (licenciatura ou bacharelado), as demais poderiam ser exercidas por profissionais oriundas do Curso Normal. Essa inferência é reforçada pelo cruzamento das especialidades com a formação acadêmica das pesquisadoras.

Também merece destaque a inserção feminina em áreas vinculadas às ciências e tecnologias, especialmente no campo da Química. A atuação em Bromatologia, por exemplo, envolvia a análise de alimentos — uma função desempenhada no âmbito do Laboratório Nacional de Análises, sediado no Distrito Federal. Essa instituição, vinculada ao Ministério da Fazenda, era responsável por realizar o controle alfandegário e sanitário, com o objetivo de “auxiliar na arrecadação de tributos federais e impedir a entrada de produtos considerados nocivos à saúde pública”⁴³. Outras ações direcionadas à saúde pública também provinham das especialidades como cultura de tecidos, bioquímica e vírus. Tais atividades eram praticadas tanto no Instituto de Bioquímica, posteriormente vinculado à UFRJ, como no Instituto Oswaldo Cruz, atual Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Essas mulheres eram, em sua maioria, médicas, mas também formadas em História Natural e Química, assim como aquelas que atuavam com química, metalurgia e cerâmica, além da análise de minerais e química tecnológica.

À medida que avançamos na análise das Tabelas 01, 02 e 03, a formação acadêmica do grupo de pesquisadoras tornou-se cada vez mais evidente. Como mencionado no início deste subtópico, o levantamento das formações foi realizado por amostragem. Ainda assim, foi possível identificar as graduações mais recorrentes entre as pesquisadoras: Química e Química Industrial (10,1%) aparecem com maior frequência, seguidas pelo Curso Normal e Pedagogia (5,8%), Medicina (4,6%), História Natural (3,7%), História e/ou Geografia (2,6%) e Farmácia. As demais formações — que somam 28 cursos distintos

43 BRASIL. Lei n. 4.050, de 13 de janeiro de 1920. Reorganiza o Laboratório Nacional de Análises, cria laboratórios nas Alfândegas da República. Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil, Rio de Janeiro, v. 1, 1921, p. 203.

— não ultrapassam 1% da amostra cada, sendo representadas por uma ou duas mulheres.

Esse dado final suscita uma observação relevante: a ampla diversidade de cursos de graduação frequentados por mulheres no Ensino Superior brasileiro em meados do século XX, abarcando todas as grandes áreas do conhecimento. Tal dispersão revela não apenas a inserção feminina em diferentes campos acadêmicos, mas também a amplitude das trajetórias formativas que as conduziram à pesquisa científica.

Ao cruzarmos a década de conclusão da graduação com a instituição responsável pela formação, identificamos, mais uma vez, a marcante influência da Faculdade Nacional de Filosofia, criada em 1939. Essa instituição se consolidou como um dos principais polos de formação de cientistas no país, desempenhando papel central na constituição do perfil acadêmico das mulheres que se inseriram nas instituições de pesquisa básica e aplicada ao longo das décadas seguintes⁴⁴. A maioria das pesquisadoras, entre as que conseguimos identificar, se formaram entre as décadas de 1940 e 1950, refletindo diretamente no período de consolidação da FNFfi.

Por fim, uma das informações mais escassas no conjunto de dados analisado refere-se ao ano de nascimento das pesquisadoras. Entre os registros disponíveis, observa-se uma predominância de mulheres nascidas na década de 1920, o que permite inferir que, à época da publicação do Inquérito, estariam na faixa etária entre 30 e 40 anos. Trata-se, portanto, de um grupo majoritariamente composto por pesquisadoras jovens, em início de carreira, que construíam suas trajetórias profissionais em consonância com o processo de institucionalização da ciência no Brasil. Esse processo se consolida a partir da década de 1950, especialmente com a criação da Capes e do CNPq, em 1951, marcando o início de uma política científica articulada pelo Estado.⁴⁵

44 AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. Os dilemas de uma tradição científica: ensino superior, ciência e saúde pública no Instituto Oswaldo Cruz, 1908-1953. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 19, n. 2, p. 581-610, jun. 2012.

45 ROSSI, Daiane Silveira. ¿Quiénes son los científicos y dónde están? La composición institucional y de género de la comunidad científica brasileña (años 50). *Revista de Estudios Brasileños*, v. 10, n. 21, 2023, p. 117-134.

Considerações finais

Ao delinear as diversas características que compõem coletivamente o grupo de mulheres pesquisadoras atuantes em instituições no Rio de Janeiro durante a década de 1950, buscamos atender à proposta de Heinz de compreender os mecanismos coletivos que moldam as trajetórias sociais de determinados grupos sociais⁴⁶. Como elemento central no processo de formação — e, portanto, primeiro passo para o recrutamento científico — identificamos a Faculdade Nacional de Filosofia. Quanto à definição dos campos de atuação, áreas de pesquisa e especialidades, observamos que as demandas nacionais por investigações relacionadas a combustíveis e minerais, as preocupações com a saúde pública, bem como a crescente necessidade, já presente desde as primeiras décadas do século XX, por professoras em diversas áreas (como pesquisas sociais e educacionais, ortofrenia, antropometria e técnicas especializadas em educação), configuram-se como motivações e/ou exigências institucionais que podem ter orientado as escolhas profissionais dessas mulheres. Essas escolhas foram aqui compreendidas no marco das “trajetórias sociais”, ou seja, percursos condicionados tanto pela estrutura das profissões quanto pelas decisões individuais e pela racionalidade das organizações⁴⁷.

Este estudo contribui para o avanço do debate sobre a presença de mulheres nas ciências, ao demonstrar como a abordagem prosopográfica permite evidenciar os mecanismos coletivos e individuais que moldaram as trajetórias dessas pesquisadoras. As características que conformam a biografia coletiva das mulheres cientistas no Rio de Janeiro, em meados do século XX, representam apenas uma entre as várias possibilidades de aprofundamento. Neste texto, concentramos a análise nas variáveis relativas às atividades profissionais, a fim de compreender melhor as dinâmicas de suas carreiras. No entanto, o estudo está longe de se esgotar aqui: a continuidade da pesquisa prevê a investigação das demais variáveis que compõem o perfil social dessas cientistas, bem como o aprofundamento das especificidades dentro de cada uma das especialidades em que atuaram.

Ainda que centrado nas dimensões profissionais, este trabalho evidencia a urgência de uma análise mais abrangente, que contemple também as dimensões de classe social, cor/raça e origem geográfica. A incorporação dessas va-

46 HEINZ, Flávio M. Por outra história das elites. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

47 ARAÚJO E OLIVEIRA, João Batista. Ilhas de competências: carreiras científicas no Brasil. São Paulo; Brasília: Brasiliense; CNPq, 1985.

riáveis pode revelar novas camadas das trajetórias dessas mulheres, especialmente quando consideradas as interseções entre estrutura social e oportunidades institucionais. Além disso, propõe-se investigar com maior profundidade as relações entre gênero e produção científica, no intuito de compreender de que maneira essas cientistas contribuíram para moldar práticas, saberes e instituições. Esse esforço pode permitir a identificação de padrões mais amplos que extrapolam o recorte temporal e espacial aqui analisado, favorecendo o diálogo com outros contextos históricos e geográficos.

Referências

ANDRADE, Ana Maria Ribeiro. *Físicos, mésons e política: a dinâmica da ciência na sociedade*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: MAST, 1999.

ARAÚJO E OLIVEIRA, J. B. *Ilhas de competências: carreiras científicas no Brasil*. São Paulo; Brasília: Brasiliense; CNPq, 1985.

AZEVEDO, Fernando. *As ciências no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1979.

AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. Os dilemas de uma tradição científica: ensino superior, ciência e saúde pública no Instituto Oswaldo Cruz, 1908-1953. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 19, n. 2, p. 581-610, jun. 2012.

BARROSO, Carmen Lúcia de Melo. A participação da mulher no desenvolvimento científico brasileiro. *Ciência e Cultura*, v. 27, n. 6, p. 613-620, 1975.

BARROSO, Carmen Lúcia de Melo; MELLO, Guiomar Namo de. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. *Cadernos de Pesquisa*, n. 15, p. 47-77, 30 dez. 1975.

BRASIL. Lei n. 4.050, de 13 de janeiro de 1920. Reorganiza o Laboratório Nacional de Análises, cria laboratórios nas Alfândegas da República. *Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 203-208, 1921.

BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. *Estudos Históricos*, v. 33, n. 69, p. 196-219, 2020.

BULST, Neithard. Sobre o objeto e o método da prosopografia. *Politeia: História e Sociedade*, v. 5, n. 1, p. 47-67, 2005, p. 55;

CAPES, C. N. de A. de P. de N. S. Instituições de Pesquisa (Básica e Aplicada). Distrito Federal: CAPES, 1957 (Série Informação).

CHARLE, C. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. Por outra história das elites. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CÓRDOVA, R. de A. Capes: origem, realizações, significações. Brasília: CAPES, 1998. v. 1.

COUTINHO, D. S. Universidade, ciência, universitários: caracterização social e escolar dos estudantes de química da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1939-1968). Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde. Rio de Janeiro, p. 149, 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. A universidade crítica: o ensino superior na república populista. 3ª. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

DIAS, André Luís Mattedi. As fundadoras do Instituto de Matemática e Física da Universidade da Bahia. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 7, n. 3, p. 653-674, fev. 2001.

FERREIRA, Luiz Otávio; SALLES, Renata. A origem social da enfermeira padrão: o recrutamento e a imagem pública da enfermeira no Brasil, 1920-1960. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], [s. l.], 8 out. 2019. <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.77966>.

FERREIRA, Luiz Otávio; AZEVEDO, Nara; GUEDES, Moema; CORTES, Bianca. Institucionalização das ciências, sistema de gênero e produção científica no Brasil (1939-1969). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 15, n. suppl, p. 43-71, 2008.

FOX KELLER, Evelyn. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? *Cadernos Pagu*, n. 27, p. 13-31, 2006.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-178.

HEINZ, F. M. Por outra história das elites. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

KORNDÖRFER, Ana P. A Fundação Rockefeller e a formação de quadros para a enfermagem (Brasil: 1917-1951). *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], Questions du temps présent, mis en ligne le 08 oct., 2019.

LOPES, Maria Margaret. Gênero e história das ciências: iniciando uma reflexão no Brasil. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (orgs.). *Organização, trabalho e gênero*. São Paulo: Ed. Senac, 2007.

LOPES, Maria Margaret. A busca de petróleo no Brasil nas obras de Euzébio Paulo de Oliveira (1917-1940). *Anais 17º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*, 2020. Disponível em: https://www.17snhct.sbhc.org.br/recursos/anais/11/snhct2020/1588697339_AR-QUIVO_c37dec39a5d6183b12228923361e2358.pdf.

LOWY, Ilana. Universalidade da ciência e conhecimentos ‘situados’. *CADERNOS Pagu*, n. 15, p. 15-38, 2000;

MOTTA, Rodrigo. Patto. S. As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2014 (1964, 50 anos depois).

NICOLET, Claude. Prosopographie et histoire sociale: Rome et l'Italie à l'époque républicaine. *Annales: économies, sociétés, civilisations*, 25e année, n. 5, p. 1209-1228, 1970, p. 1216.

PERROT, Michelle. As mulheres e os silêncios da história. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

ROSSI, Daiane Silveira. ¿Quiénes son los científicos y dónde están? La composición institucional y de género de la comunidad científica brasileña (años 50). *Revista de Estudios Brasileños*, v. 10, n. 21, p. 117-134, 2023.

SANTESMASES, María J.; PAIRET, Montserrat C.; GÓMEZ, Teresa O. Feminismos biográficos: aportaciones desde la historia de la ciencia. *ARENAL*, 24:2; julio-diciembre 2017: 379-404.

SCHIEBINGER, Londa. Mais mulheres na ciência: questões de conhecimento. *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, v. 15, suplemento, 2008: 269-281

SCHWARTZMAN, Simon. Formação da comunidade científica no Brasil. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional/Finep, 1979.

SCHWARTZMAN, Simon. Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil. Brasília: Ministério da Ciência e da Tecnologia, 2001.

SILVA, Márcia R. B. da. DANTES, Maria A. M. Produção de conhecimento e tradições de pesquisa na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – USP (1934-1968). Revista CPC, São Paulo, n. 20, dez. 2015:159-194.

STONE, L. Prosopografia. Revista de Sociologia e Política, v. 19, p. 115-137, jun. 2011.

TOSI, Lucía. A mulher brasileira, a universidade e a pesquisa científica. Ciência e Cultura, (33), 2, 1981: 167-177.

TRIGO, Maria Helena. A mulher universitária: códigos de sociabilidade e relações de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina; SORJ, Bila (orgs.). Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil. São Paulo: Marco Zero, 1994. p. 89-110.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. A gente da Felisberta: consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c. 1847 – tempo presente). Rio de Janeiro, Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

Recebido em 27 de dezembro de 2024
Aprovado em 30 de janeiro de 2025